

RESENHA - REVIEW - RESEÑA

COMO FAZER PESQUISA ANALISANDO ARQUIVOS

HOW TO DO RESEARCH FROM FILES ANALYSIS

COMO HACER INVESTIGACIÓN ANALIZANDO ARCHIVOS

Por: Leandro Oltramari

Professor de Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina e Universidade do Vale do Itajaí, Doutor em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UFSC). Mestre em Psicologia (UFSC). E-mail: leandrooltramari@gmail.com

CASTRO, Celso. **Pesquisando arquivos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 64 p, 2008.

Celso Castro é antropólogo e pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Além disso, é professor dessa instituição desde 2005. Tem produzido pesquisas no contexto da Antropologia e História do Brasil. Ele vem, por meio de seu livro *Pesquisando em Arquivos*, trazer uma boa opção para pesquisadores das Ciências Sociais na pesquisas com documentos. Seu trabalho é editado pela Zahar através da coleção Passo-a-Passo, que tem sido uma ótima alternativa de leitura para pesquisadores das Ciências Sociais. O autor aborda neste texto o processo de seleção de material relativo à pesquisa em arquivos.

O autor divide o livro em duas partes, a primeira faz uma contextualização histórica do conceito de patrimônio e conceitua o que seria um arquivo. A segunda parte é centrada no que seria exatamente a discussão metodológica sobre a pesquisa propriamente dita.

Na introdução explica sobre a pouca utilização da pesquisa documental em arquivos, recurso ainda subestimado pelas Ciências Sociais, mas muito valorizado pela

história. O autor inicia citando Marc Bloch, o importante historiador alemão, que revela a importância dos documentos, já que estes são produzidos por motivações humanas.

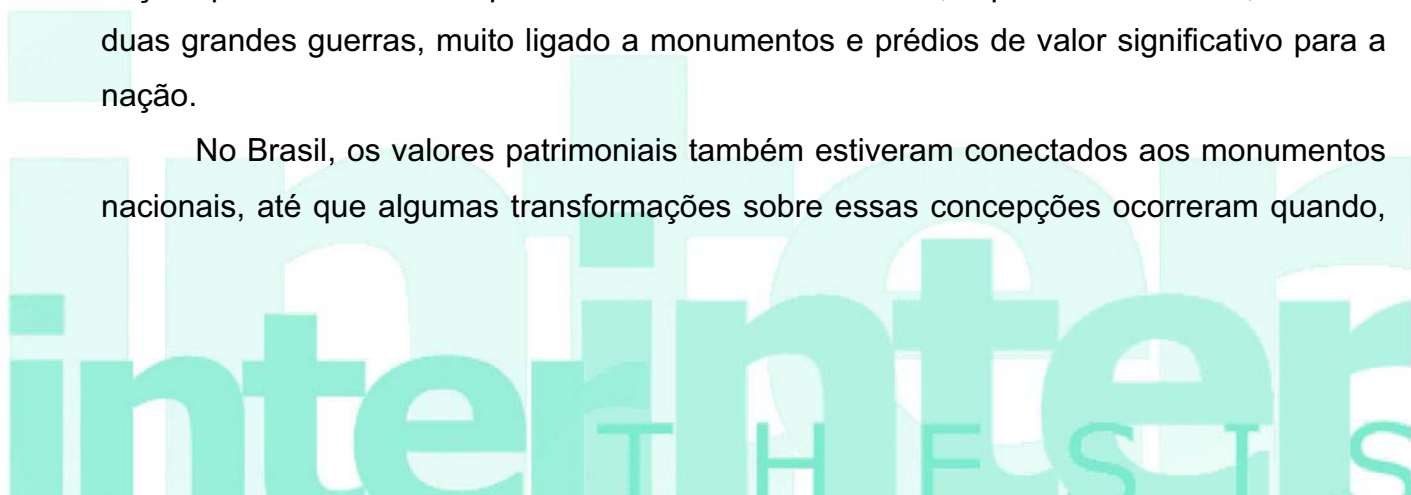
O texto apresenta uma abordagem mais geral no início, a qual vai sendo especificada, à medida que vai avançando em suas temáticas, principalmente quando realmente trata do campo da pesquisa propriamente dita. No início ele tematiza a discussão sobre arquivo, citando a difícil discussão sobre o que é patrimônio documental. Para isso, inicia discutindo o conceito de identidade como fundamental para compreender o mundo ocidental. No entanto, o autor parte de uma discussão identitária substancializada, procurando discutir principalmente as “permanências” e um “fundo não transitório, sempre igual a si mesmo” (p. 9). Apesar de relativizar um pouco sua definição, ainda assim não chega a abordar a inconstância da identidade característica de alguns teóricos como Stuart Hall (2003), por exemplo.

Apesar de sua fala sobre uma visão “substancializada” da identidade, o autor posiciona-se a partir da categoria identidade como uma construção social. Ele parte de uma discussão política, e não psicológica, sobre a identidade, até porque essa categoria pertence ao imbricado campo das Ciências Sociais, sendo difícil definir quem detém maior propriedade sobre ele. Portanto, aqui podemos pensar que sua conceituação se aproxime um pouco daquela realizada por Hall (2003).

O autor realiza uma reconstituição rápida sobre o conceito de patrimônio, muito útil para iniciantes, mas que talvez não seja muito interessante para quem é um leitor aprofundado da área. Para isso, ele explica o que os romanos pensavam sobre o patrimônio. Para eles, segundo Castro, por exemplo, patrimônio era aquilo que “pertencia ao pai” (p. 11). A partir daí, podemos compreender por que o patrimônio ficou atrelado aos valores aristocráticos, com o pouco valor dado àquilo que não estava no interior dessa classe social.

Segundo Castro, foi na França que surgiu o moderno conceito de patrimônio, principalmente influenciado pela Revolução Francesa, atribuído, sobretudo ao Estado-nação que se constituiu a partir de então. Posteriormente, o patrimônio esteve, entre as duas grandes guerras, muito ligado a monumentos e prédios de valor significativo para a nação.

No Brasil, os valores patrimoniais também estiveram conectados aos monumentos nacionais, até que algumas transformações sobre essas concepções ocorreram quando,



em 1982, um terreiro de umbanda em Salvador foi tombado pelo patrimônio histórico. Isso foi considerado como uma vitória pelos movimentos sociais, já que a noção de patrimônio trata também de uma luta cultural de quem decide o que é ou não importante para um país. Essa decisão, no caso do Brasil, é difícil de ser tomada, devido ao seu multiculturalismo.

A partir do decreto 3.551/2000, o autor revela que surgiram os livros de registro dos saberes e o livro das formas de expressão, nos quais as artes e os saberes das comunidades puderam ser registrados também com o caráter de patrimônio. Aqui fica presente o quanto que os movimentos sociais que se pautaram nas discussões identitárias foram importantes para a política sobre patrimônio.

Além disto, levanta em sua obra um ponto fundamental para os pesquisadores sobre patrimônio, que mostra como e com quais critérios devem ser guardados os arquivos e o que deve ser considerado patrimônio. Nesse caso, demonstra que muitas vezes isso passa por uma decisão pessoal de quem ordena ou mesmo cataloga o material a ser arquivado. Portanto, não existe neutralidade nesses documentos e esta talvez nunca exista. Dessa forma, o livro é importante para problematizar como o pesquisador de arquivos irá ler esse material. Isso porquê, segundo Castro, a memória tem uma conotação social e cultural e é capaz de reunir desde histórias orais até monumentos históricos, que são devidamente cadastrados por quem de alguma forma é responsável por esse material. A seleção dos materiais faz-se de forma política. Alguém que cataloga o faz de um determinado jeito e por alguma razão. E isso o autor reforça diversas vezes.

Ele não deixa de citar os polêmicos materiais “eletrônicos”, aborda que isso se torna um aumento de suporte de memória, devido ao fato dos registros eletrônicos cada vez mais tomarem espaço em nosso mundo. Isso se dá porque a nova História valoriza outros tipos de fontes documentais, desde diários pessoais a livros-caixa, por exemplo. Apesar disso, o autor critica as idealizações feitas sobre a internet e a produção de conhecimento. Ele ironicamente chama o “buscador” que está presente nos indexadores de documentos eletrônicos de “oráculo moderno” (p. 24).

Nesta primeira parte da obra, até agora descrita, pode ser considerada secundária, pois Castro tematiza esta discussão abordando aspectos que talvez sejam interessantes para quem se inicia nesta discussão, mas não para pesquisadores mais experientes. Isto

porque a análise sobre documentos acaba sendo superficial devido o caráter introdutório do texto.

Com relação à discussão propriamente sobre a metodologia, é que a obra ganha importância para uso na academia. Castro cita de início a contribuição de Gilberto Freire. Para ele foi um inovador no uso que fez de objetos para reconstruir a história da intimidade, principalmente porque em seus estudos utilizou uma profunda riqueza de artefatos para fundamentar suas pesquisas.

O autor vai aprofundando o texto e segue conceituando o que é arquivo. Arquivo pode ser a instituição que guarda ou as “unidades orgânicas que compõem o acervo”(p. 27). Ele faz a distinção entre objetivos únicos de arquivos e outros que são de coleções e podem ser encontrados mais facilmente em outras instituições, como as bibliotecas. Os arquivos guardam documentos muitas vezes exclusivos, que apenas existem naquele espaço. Portanto, aqui se percebe a dificuldade e a especificidade da pesquisa com esses documentos.

Está muito presente em suas linhas que o autor pretende “desnaturalizar” o estudo sobre os arquivos. Ele pretende discutir a “gênese” que produz o conhecimento sobre este objeto de pesquisa. Posteriormente, parte para uma discussão sobre como selecioná-los. Revela, então, que os arquivos passam pela subjetividade de quem os seleciona e armazena e volta a discutir a fidedignidade dos meios eletrônicos.

O autor descreve de forma minuciosa o sistema de classificação dos documentos e a sua chegada a uma instituição arquivística. Ele pergunta: o que essa instituição se propõe a guardar? Trata-se de uma pergunta de difícil resposta, pois esse é um dos impasses da pesquisa com arquivos. Mas neste caso o autor não aborda sistematicamente os critérios para se identificar a veracidade dos documentos que a instituição responsável deve guardar. Por exemplo, o texto de Fonseca (1999) aborda detalhadamente os aspectos fundamentais para se compreender a fidedignidade de um documento guardado por um arquivo. São eles: “autenticidade, organicidade, inter-relacionamento, unicidade”. Cada um destes itens é desenvolvido pela autora e dá uma boa dimensão sobre os passos que a obra aqui resenhada não aborda.

Outro questionamento que poderíamos fazer a partir do que Castro aponta é se os motivos de importância de uma catalogação seriam os mesmos dados por outro sujeito ou

pelo próprio responsável pelos documentos? O arquivo, segundo o autor, passa a ser uma série de clivagens até chegar ao seu destino final, que é o pesquisador.

Sobre o acesso às instituições de arquivo, Castro cita cinco características que podem ser bastante úteis aos pesquisadores. São as seguintes:

1. Acesso aos arquivos: existem limites e possibilidades sobre eles. Estes devem ser negociados antecipadamente. Os arquivos privados podem ter a necessidade de uma maior negociação que os públicos. Outro problema são os locais, distantes muitas vezes da moradia do pesquisador. Isso pode dificultar a pesquisa.
2. O caráter único dos documentos do arquivo: o pesquisador deve demonstrar um profissionalismo para ter acesso aos documentos, que muitas vezes são difíceis de serem acessados.
3. A não circulação de documentos: os documentos não podem sair do local e isso dificulta o acesso a eles. Isso faz com que o pesquisador deva ter um planejamento muito bom para o exercício da pesquisa.
4. Os detentores de direitos autorais muitas vezes não permitem a utilização dos documentos.
5. O acesso físico não é permitido: o arquivista mantém o controle sobre o que e quando os documentos podem ser acessados.

Outro aspecto muito importante que surge no texto que o autor apresenta está na descrição de três casos de pesquisas em arquivos para elucidar o que defende Castro. Nesses casos, revela quanto existem situações inusitadas que podem aparecer na classificação arquivística. O mais interessante é o caso da análise sobre a organização do arquivo pessoal de Darcy Ribeiro. Ele revela que, com mais de 80.000 volumes de documentos, este foi um desafio aos pesquisadores. Contudo, o autor refere àquilo que aborda em todo o seu livro, que se trata do problema da catalogação dos documentos. Ele cita esse exemplo, no qual os documentos arquivados acabavam tendo importância maior, principalmente pelo legado de seu mentor, do que pela sua importância arquivística. Castro chama isso de “razões de autoridade”. Elas são verificadas quando os documentos reforçam a imagem do titular do arquivo. Afirma que os pesquisadores acabaram encontrando documentos realmente importantes para a sua pesquisa no escritório do ex-senador em Brasília, nas residências: de assessores pessoais e de sua ex-mulher.

Ao final, cita a necessidade de entender o arquivo a partir daquilo que chama de bastidores e cita Goffman para elucidar isso. Revela a importância de uma interpretação antropológica, na relação do pesquisador e dos responsáveis pelo arquivo. Ele diz que os trabalhadores do arquivo seriam os “nativos”, por exemplo, quando se parte do campo de uma perspectiva antropológica.

Alguns apontamentos finais são importantes, segundo o autor, em uma perspectiva de pesquisa com arquivos. Ele fala da importância de delimitar o que procurar, principalmente nos termos descritores, devendo-se aumentar o foco do trabalho, para não perder o seu viés.

Além disso, é necessário um cuidado principalmente quando se está trabalhando com nomes, sobretudo devido ao fato de algumas mulheres terem seus nomes modificados depois do casamento. Outro ponto importante é acerca do vínculo com o arquivista, já que ele possui um importante papel junto ao cuidado do arquivo e ao pesquisador.

Outro ponto muito significativo é referente ao cuidado que o pesquisador deve ter. O pesquisador de arquivos deve ter um cuidado ainda maior, já que trata do devido registro de todas as fontes corretas. Além disso, a pesquisa em arquivos pode ser feita com todos os devidos registros e diagramas constituídos por documentos catalogados, além de outras fontes, como até os cartões de visitas. No entanto, fica claro ao final que os documentos mais preciosos são aqueles de caráter mais íntimo, segundo o autor, mas esses coincidentemente podem ser os de mais difícil acesso. Ao final, traz uma série de obras importantes para o trabalho de futuros arquivistas.

O trabalho de Celso Castro é louvável exatamente por possuir um texto endereçado para quem está dando os primeiros passos no campo da pesquisa documental, especificamente no âmbito dos arquivos. O ponto forte do trabalho é com certeza a discussão que o autor faz sobre o risco para o pesquisador, caso este não problematize a forma com a qual os arquivos são catalogados e guardados. Ou seja, os arquivos são cuidados e organizados por “vivos” que muitas vezes podem fazer organizações arbitrárias sobre os documentos daqueles que já se foram. Quanto a uma discussão metodológica propriamente dita, um leitor que conhece o campo com maior propriedade pode sentir falta de aspectos importantes para a discussão. Como procedimentos descritos para uma instrumentalização de uma pesquisa mais profunda.

Assim, a leitura do livro consiste num bom passo para quem se inicia no campo dos estudos dessa natureza e pretende abordar considerações úteis para a aplicação da pesquisa em arquivos. Apesar de trazer uma discussão sucinta sobre a história do conceito sobre “arquivos e monumentos”, aborda na discussão sobre metodologia a principal contribuição para historiadores e cientistas sociais que trabalham nesse campo. Portanto, o livro é principalmente endereçado a jovens pesquisadores das Ciências Sociais e historiadores.

Referências:

HALL, S. (2003). *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A.

FONSECA, M. O. (1999). Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. *Ciência da Informação.*, Brasília, v. 28, n. 2, maio 1999 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 nov. 2008. doi: 10.1590/S0100-19651999000200007.

Resenha:

Recebido em: 07/08/2008

Aceito em: 19/11/2008

